

Desbatizando Brasília

Ao invés de "Rebatizar Brasília", deveríamos empreender movimento para "desbatizá-la", retirando dela os nomes com que em diferentes épocas e situações minorias ocasionais impingiram-nos os seus valores e os seus mitos. Brasília deveria conservar-se assética, genérica, impessoal, majestática, intocada pela frugalidade da emoção psicossocial e inalcansável pelas minorias eventualmente poderosas que teimam em nos impor sua visão de mundo.

Imagine se, em dado momento, um grupo político decide dar à Esplanada dos Ministérios o nome de "Esplanada José Sarney", ou "Castelo Branco", ou "Rui Barbosa", ou seja quem for. A Esplanada é a Esplanada, um espaço cívico que deve ser conservado sempre atual, indiferente a marcas que a façam recordar determinada época ou determinado fato. A Esplanada não precisa de nome.

O Parque da Cidade também não precisa de nome. Foi um erro denominá-lo "Parque Pithon Faria". Mas seria erro maior, como pretendem os rebatizadores de Brasília dar-lhe o nome de Chico Mendes. Por quê? Quem foi Chico Mendes, um incitador de invasões que a mídia, estimulada por um espasmo ecológico, transformou em herói nacional? Precisamos ter sempre em mente a dimensão real das coisas. Concessões à emoção do momento só nos fazem errar.

Deveríamos eliminar todos os nomes de pessoas que figuram em lugares públicos de Brasília, à exceção daqueles incontrastavelmente assimilados pela pos-

pulação, como as salas do Teatro Nacional. Com exceção de Juscelino Kubitschek, a cuja memória, com justiça, oferecemos um memorial, Brasília não possui vultos históricos sedimentados e purificados pelo tempo. Não há a quem imortalizar em prejuízo da impessoalidade que tanto valoriza e caracteriza o cenário urbano desta cidade. O nome que se dá a um lugar público deveria guardar com ele certa identidade cultural. Impingir-lhe simplesmente um nome distante, que não o evoca, não o identifica, que sentido?

Em princípio, entendemos que uma pessoa só deveria ser considerada apta a ceder seu nome a um lugar público quando decorrido, por exemplo, um século desde sua morte. Cem anos são suficientes para se saber se a trajetória de um homem resistiu ao tempo e se impôs à história. Antes disso ele pode ser simples fruto de emoções transitórias, sem consistência para eternizar-se. Também seria correto se a outorga de nomes a lugares públicos não se pudesse fazer por ato administrativo. Deveria haver uma lei, confirmada por referendo popular. Só o povo, e não facções transitoriamente no poder, deveriam ter o direito de comprometer tão profundamente o futuro.

Quanto a Brasília, nem assim. Achamos que nada aqui deve ter nome de pessoas ou de coisas ou de datas. Nada que reflita a psicologia de uma época. Brasília é o símbolo permanente do nosso poder político. Deve estar sempre disponível para receber todas as gerações que chegarem, virgem, atual, sem mitos ou preconceitos.